



1º Simulado

PC PB

Simulado PC-PB

Nome:

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO EXCLUSIVO

- 1 – Este simulado conta com questões focadas no concurso para Delegado da PC-PB;
- 2 – A prova contém **100 questões** que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 – As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora, com questões A, B, C, D e E.
- 4 – Este PDF foi enviado por e-mail, disponibilizado na área do aluno e em um artigo publicado no blog do Estratégia Concursos;
- 5 – Os participantes têm das **8:30 às 13:00** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 6 – O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado na última página deste PDF;
- 7 – O Gabarito do Simulado e o Ranking Classificatório com nota serão divulgados no blog do Estratégia Concursos.
- 8 – Esse simulado é uma auto avaliação! Você mesmo (a) vai corrigir, a partir do padrão de respostas disponível na área do aluno.

PREENCHA SEU GABARITO NO LINK - <https://bit.ly/Simulado-PC-PB-Delegado-20-11>

- | | | | |
|----------------|----------------|----------------|----------------|
| 01 – A B C D E | 21 – A B C D E | 41 – A B C D E | 61 – A B C D E |
| 02 – A B C D E | 22 – A B C D E | 42 – A B C D E | 62 – A B C D E |
| 03 – A B C D E | 23 – A B C D E | 43 – A B C D E | 63 – A B C D E |
| 04 – A B C D E | 24 – A B C D E | 44 – A B C D E | 64 – A B C D E |
| 05 – A B C D E | 25 – A B C D E | 45 – A B C D E | 65 – A B C D E |
| 06 – A B C D E | 26 – A B C D E | 46 – A B C D E | 66 – A B C D E |
| 07 – A B C D E | 27 – A B C D E | 47 – A B C D E | 67 – A B C D E |
| 08 – A B C D E | 28 – A B C D E | 48 – A B C D E | 68 – A B C D E |
| 09 – A B C D E | 29 – A B C D E | 49 – A B C D E | 69 – A B C D E |
| 10 – A B C D E | 30 – A B C D E | 50 – A B C D E | 70 – A B C D E |
| 11 – A B C D E | 31 – A B C D E | 51 – A B C D E | 71 – A B C D E |
| 12 – A B C D E | 32 – A B C D E | 52 – A B C D E | 72 – A B C D E |
| 13 – A B C D E | 33 – A B C D E | 53 – A B C D E | 73 – A B C D E |
| 14 – A B C D E | 34 – A B C D E | 54 – A B C D E | 74 – A B C D E |
| 15 – A B C D E | 35 – A B C D E | 55 – A B C D E | 75 – A B C D E |
| 16 – A B C D E | 36 – A B C D E | 56 – A B C D E | 76 – A B C D E |
| 17 – A B C D E | 37 – A B C D E | 57 – A B C D E | 77 – A B C D E |
| 18 – A B C D E | 38 – A B C D E | 58 – A B C D E | 78 – A B C D E |
| 19 – A B C D E | 39 – A B C D E | 59 – A B C D E | 79 – A B C D E |
| 20 – A B C D E | 40 – A B C D E | 60 – A B C D E | 80 – A B C D E |

LINGUA PORTUGUESA

Felipe Luccas

Texto I**Incidência da privação de sono no Brasil**

No Brasil, estudo realizado pelo Instituto Datafolha, em parceria com o Instituto do Sono, mostrou que 23% da população no Estado de São Paulo têm queixas de sono insuficiente, sendo a faixa etária entre 35 e 44 anos a maior acometida (27%).

O Departamento Estadual de Trânsito de São Paulo (Detran-SP) relata que 20% de todos os acidentes de trânsito estão associados à sonolência. A pesquisa ainda mostra que 40% dos entrevistados referem já ter ziguezagueado na estrada devido à sonolência e 61% assumiram que costumam dirigir no dia seguinte a uma péssima noite de sono.

Estudo nacional envolvendo pilotos de aeronaves comerciais mostrou a prevalência de 57,8% de cochilo não intencional durante o trabalho, estando o sono insuficiente como um dos fatores associados.

Consoante dados da Associação Brasileira de Sono, mais de 60% das pessoas relatam dormir menos de 7 horas por dia durante a semana e 25% dormem menos de 6 horas por dia. Além disso, aproximadamente 18% das mulheres e 26% dos homens economicamente ativos são trabalhadores que atuam em turnos e com privação crônica de sono.

<https://www.einstein.br/especialidades/medicina-do-sono/doencas-sintomas/privacao-de-sono>

01. Assinale a opção que melhor representa o tema central do texto I.

- a) A pesquisa ainda mostra que 40% dos entrevistados referem já ter ziguezagueado na estrada
- b) 23% da população no Estado de São Paulo têm queixas de sono insuficiente
- c) 61% assumiram que costumam dirigir no dia seguinte a uma péssima noite de sono
- d) aproximadamente 18% das mulheres e 26% dos homens economicamente ativos são trabalhadores que atuam em turnos e com privação crônica de sono
- e) Estudo nacional envolvendo pilotos de aeronaves comerciais mostrou a prevalência de 57,8% de cochilo não intencional durante o trabalho

02. De acordo com o texto,

- a) A privação de sono é um fenômeno mundial que assola diferentes faixas etárias e profissões.
- b) Pesquisas recentes mostram que há uma epidemia de privação de sono entre os brasileiros.
- c) 61% das pessoas que ziguezaguearam na estrada não relataram acidentes graves.
- d) Os adolescentes são os que menos experimentam efeitos da privação de sono.
- e) A maior parte dos entrevistados em pesquisa do Detran-SP confessou já ter dirigido após dormir mal.

03. Depreende-se do texto que

- a) A qualidade do sono do brasileiro é uma preocupação das autoridades públicas.
- b) O brasileiro é capaz de ser eficiente no âmbito profissional a despeito da sonolência.
- c) Há diversos estudos, públicos ou privados, sobre a insuficiência de sono no Brasil.
- d) cerca de 18% das mulheres e 26% dos homens trabalham em turnos e com sono.
- e) A maior causa de acidentes de trânsito no Brasil é a sonolência frequente.

04. Sem prejuízo à correção gramatical, poderia ser suprimida do texto a vírgula

- a) após “Datafolha” (1º parágrafo)
- b) após “Sono” (1º parágrafo)
- c) após “Brasil” (1º parágrafo)
- d) após “trabalho” (3º parágrafo)
- e) após “insuficiente” (1º parágrafo)

INFORMÁTICA

Ranielison Passos

05. Qual é a alternativa correta que corresponde ao malware descrito a seguir:

"Programa que captura informações sigilosas através do armazenamento das teclas digitadas pelo usuário no teclado do computador."

- a) adware
- b) backdoor
- c) keylogger
- d) Vírus
- e) Spam

06. Analise o texto abaixo e assinale a alternativa que melhor se adapta aos espaços marcados.

"_____ é a função utilizada para retornar um valor quando a condição apresentada na função é verdadeira e outro valor quando a condição for falsa.

_____ é a função indicada para localizar valores em uma tabela. _____ tem como operação agrupar itens informados na função, sejam eles textos e/ou números."

- a) SOMA / PROCV / MÉDIA
- b) SE / PROCV / CONCATENAR
- c) SE / PROCURAR / MÉDIA
- d) PROCV / CONCATENAR / SE
- e) SOMA / MÉDIA / INT

07. Caso um usuário pressione a tecla F12 no Microsoft Word, em sua instalação padrão em português, ele

- a) salvará rapidamente um documento ativo.
- b) acessará a área BACKSTAGE.
- c) selecionará a opção SALVAR COMO.
- d) executará a varredura léxica no aplicativo.
- e) Fechará o documento em edição.

DIREITO CIVIL

Paulo Sousa

08. A porta de uma casa retirada para reforma. Um quadro exclusivo de um pintor famoso. As energias que tenham valor econômico. A herança. São bens respectivamente:

- a) Imóvel. Infungível. Móvel. Indivisível.
- b) Móvel. Infungível. Móvel. Indivisível.
- c) Imóvel. Infungível. imóvel. Indivisível.
- d) Imóvel. Infungível. Móvel. Divisível.
- e) Móvel. Fungível. Móvel. Indivisível.

09. A prescrição atinge a pretensão material, a possibilidade ainda que somente potencial de exigir. Já nos direitos potestativos, ao contrário, não há prazo geral, mas apenas prazos especiais; pelo que, se prazo não há, o direito é imprescritível. Se há prazo, o direito se extingue, e não apenas a pretensão. Sobre a prescrição e a decadência, assinale a alternativa correta

- a) É nula a renúncia à decadência fixada em lei.
- b) A ação de anulação de negócio jurídico por erro substancial é imprescritível.
- c) a ação de anulação de negócio jurídico por incapacidade relativa do agente é de dez anos.
- d) A renúncia da prescrição somente pode ser expressa, e só valerá, sendo feita, sem prejuízo de terceiro, depois que a prescrição se consumar.
- e) Quando a lei dispuser que determinado ato é anulável, sem estabelecer prazo para pleitear-se a anulação, será este de três anos, a contar da data da conclusão do ato

10. Sobre a posse, assinale a alternativa correta:

- a) Obsta à manutenção ou reintegração na posse a alegação de propriedade, ou de outro direito sobre a coisa.
- b) O possuidor de boa-fé tem direito à indenização das benfeitorias necessárias e úteis, bem como, quanto às voluptuárias, se não lhe forem pagas, a levantá-las, quando o puder sem detimento da coisa, e poderá exercer o direito de retenção pelo valor das benfeitorias necessárias, úteis e voluptuárias.
- c) A posse violenta se liga apenas à violência física.
- d) Na posse, o estado de dúvida não induz, necessariamente, a má-fé; deve haver culpa grave para caracterizá-la.
- e) A ocupação indevida de bem público configura posse de natureza precária, insusceptível de retenção ou indenização por acessões e benfeitorias.

11. Conforme disposições da Lei de Introdução as Normas do Direito Brasileiro, é correto afirmar que:

- a) A obrigação resultante do contrato reputa-se constituída no lugar da nacionalidade do proponente.
- b) É possível a responsabilização pessoal de um agente público em razão de suas opiniões técnicas se ficar provada a existência de dolo ou erro grosseiro.
- c) Lei posterior revoga a anterior quando expressamente o declare, quando seja com ela incompatível, quando regule inteiramente a matéria de que tratava a lei anterior ou quando estabelecer disposições gerais ou especiais a par das já existentes.
- d) Compete a autoridade judiciária brasileira, juntamente com a do país de nacionalidade do proprietário, conhecer das ações relativas a imóveis situados no Brasil.
- e) As correções a texto de lei já em vigor não se consideram lei nova.

12. As pessoas jurídicas, coletivas, abstratas, fictas ou mesmo morais, são entidades que congregam pessoas, bens ou ambos (pessoas e bens). Elas são aptas a titularizar relações jurídicas de maneira bastante ampla. Sobre as pessoas jurídicas, é correto afirmar que:

- a) A pessoa jurídica não pode sofrer dano moral, pois apenas as pessoas físicas sofrem danos imateriais.
- b) Constitui desvio de finalidade a expansão ou a alteração da finalidade original da atividade econômica específica da pessoa jurídica.
- c) As fundações são pessoas jurídicas de direito privado, e quando insuficientes para sua constituição, os bens a ela destinados serão devolvidos ao instituidor.
- d) Nos casos de dissolução da pessoa jurídica ou cassada a autorização para seu funcionamento, ela subsistirá para os fins de liquidação, até que esta se conclua.
- e) Constituem-se as associações pela união de pessoas que se organizem para fins econômicos.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Bruno Betti

13. Marque a assertiva correta, tendo como base os entendimentos doutrinários acerca dos Atos Administrativos:

- a) A imperatividade é o atributo pelo qual o ato administrativo ocorrerá sem a autorização do Poder Judiciário.
- b) O elemento motivação consiste nas razões de fato e de direito que determinaram a prática do ato administrativo.
- c) O Direito brasileiro admite a chamada motivação aliunde.
- d) Acerca da nulidade dos atos administrativos, o Direito Administrativo pátrio adota a teoria monista de nulidades.
- e) A revogação recai sobre atos administrativos ilegais.

14. Acerca da organização administrativa e seus institutos, marque a assertiva correta:

- a) desconcentração e a descentralização pressupõem a criação de novos entes, com personalidade jurídica própria, no primeiro caso para execução direta e, no segundo, para execução indireta de atividades públicas.
- b) descentralização por colaboração é utilizada precipuamente para transferência da titularidade de serviços públicos para a iniciativa privada ou organizações do terceiro setor, mediante delegação operada pelos institutos da concessão ou permissão.
- c) criação de órgãos públicos é uma expressão da desconcentração, de modo a gerar uma hierarquia entre os órgãos criados dentro da mesma entidade.
- d) desconcentração pressupõe a criação de outros entes públicos ou privados, integrantes da estrutura administrativa, enquanto a descentralização refere-se à mera realocação de competências dentro da estrutura existente.
- e) descentralização ocorre sempre que se cria um novo órgão com plexo de atribuições próprias, o que se insere na competência normativa e regulamentar do Chefe do Executivo para dispor sobre organização administrativa.

15. No que tange ao Poder de Polícia, marque a assertiva correta:

- a) É possível a delegação do poder de polícia a particulares, integrantes ou não da Administração Pública.
- b) A única fase do ciclo de polícia que, por sua natureza, é absolutamente indelegável é a ordem de polícia.
- c) O Poder de polícia se manifesta de maneira vinculada.
- d) Do poder de polícia é possível haver a cobrança de imposto.
- e) A atuação da polícia administrativa recai sobre o indivíduo.

16. No que tange à parceria público-privada, considerando os termos da Lei nº 11.079/2004, assinale a alternativa correta.

- a) É vedada a celebração de contrato de parceria público-privada cujo valor do contrato seja superior a R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais).
- b) Concessão patrocinada é o contrato de prestação de serviços de que a Administração Pública seja a usuária direta ou indireta, ainda que envolva execução de obra ou fornecimento e instalação de bens.
- c) A contratação de parceria público-privada não se aplica às sociedades de economia mista.
- d) Parceria público-privada é o contrato administrativo de concessão e permissão, nas modalidades patrocinada ou administrativa.
- e) É vedada a celebração de contrato de parceria público-privada que tenha como objeto único o fornecimento de mão de obra, o fornecimento e instalação de equipamentos ou a execução de obra pública.

DIREITO FINANCEIRO E TRIBUTÁRIO

Rogério Cunha

17. Considere a situação hipotética: Júlio César foi notificado para o pagamento de Imposto sobre Serviços (ISS) relativo a sua atuação de profissional liberal na cidade de Nova Roma. Por discordar dos valores cobrados, impugnou administrativamente a exigência. Antes, porém, que a matéria fosse definitivamente decidida na via administrativa, José ajuizou uma ação judicial para anular a cobrança. Nesse caso, de acordo com a Lei de Execuções Fiscais (Lei 6.830/81), o ajuizamento da ação implica em:

- a) renúncia à discussão na esfera administrativa.
- b) extinção do crédito tributário.
- c) obstáculo à inscrição em dívida ativa.
- d) suspensão da exigibilidade do crédito.
- e) impedimento à propositura de execução fiscal.

18. Assinale a alternativa correta a respeito do sistema constitucional tributário:

- a) Um município poderá cobrar o imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana da União, desde que esta tenha órgão público instalado nesse Município.
- b) Em razão do princípio da legalidade, não é possível a instituição de imposto por meio de medida provisória.
- c) Uma lei estadual, em dezembro de 2019, aumentou o IPVA (Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores), podendo ser cobrado com esse novo valor já a partir de janeiro de 2020, em respeito ao princípio da anterioridade.
- d) A lei determinará medidas para que os consumidores sejam esclarecidos acerca dos impostos que incidam sobre mercadorias e serviços.
- e) É permitido à União instituir isenções de tributos da competência dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios.

19. Sobre a Contribuição de melhoria no Código Tributário Nacional a na jurisprudência dos tribunais superiores assinale a alternativa correta:

- a) A contribuição de melhoria não é considerada uma espécie de tributo.
- b) tem como fato gerador a valorização imobiliária decorrente de obra pública.
- c) Somente pode ser instituída pelos Estados, Distrito Federal e Municípios.
- d) está expressamente previsto no Código Tributário é seu fato gerador é a realização de obra pública, podendo ser cobrado sempre em decorrência de obras públicas.
- e) é modalidade que não foi recepcionada pela Constituição Federal, sendo, assim, extinta.

20. Quanto à regulamentação constitucional do ICMS, assinale a alternativa correta:

- a) As alíquotas das operações interestaduais são fixadas pelo Senado Federal, por resolução.
- b) Salvo determinação em contrário da legislação, a isenção, na operação de venda, não acarretará a anulação do crédito relativo às operações anteriores.
- c) Consoante a dicção constitucional, o ICMS terá de ser seletivo, em função da essencialidade das mercadorias e dos serviços.
- d) As exportações são imunes e acarretam a anulação do crédito relativo às operações anteriores, salvo determinação em contrário da legislação.
- e) incidirá nas prestações de serviço de comunicação nas modalidades de radiodifusão sonora e de sons e imagens de recepção livre e gratuita

DIREITO CONSTITUCIONAL

Nelma Fontana

21. A respeito de conceito, elementos e formação de Estado, forma de Estado, sistema de governo e forma de governo, indique a única resposta INCORRETA.

- a) Em uma República, o governante deve ser eleito diretamente pelo povo.
- b) A forma federativa de Estado, no Brasil, constitui limitação material expressa ao poder de reforma da Constituição e não pode ser abolida nem mesmo por emenda à Constituição.
- c) Em decorrência do sistema presidencialista de governo, no Brasil, o Presidente da República acumula as funções de chefe de Estado e chefe de governo.
- d) Em uma federação, a organização político-administrativa do Estado é descentralizada, de maneira que, no caso brasileiro, União, Estados, Distrito Federal e Municípios são autônomos, não havendo nenhum tipo de hierarquia entre os entes.
- e) A República não foi consagrada expressamente pela Constituição Federal de 1988 como cláusula pétreia.

22. A respeito dos direitos políticos, indique a assertiva correta.

- a) A soberania popular será exercida mediante sufrágio universal e por voto direto, secreto, com valor igual para todos. O sufrágio ativo corresponde ao exercício dos direitos políticos e o sufrágio negativo corresponde à restrição de exercício dos direitos de votar e/ou de ser votado.
- b) João foi condenado por improbidade administrativa, de maneira que, como consequência, sofreu também a suspensão dos direitos políticos. Assim, no período da condenação, João não poderá concorrer a mandato eletivo e nem ocupar cargo ou emprego público, embora não esteja impedido de votar.
- c) A condenação criminal transitada em julgado provoca a suspensão dos direitos políticos enquanto perdurarem os efeitos da condenação. Entretanto, segundo posicionamento do Supremo Tribunal Federal, se a pena privativa de liberdade for convertida em restritiva de direitos, não haverá impedimento de exercício dos direitos políticos.
- d) A lei que alterar o processo eleitoral entrará em vigor um ano após a sua publicação. Essa garantia constitucional é conhecida como anterioridade eleitoral e constitui garantia individual do eleitor, sendo por isso considerada cláusula pétrea que não pode ser abolida nem mesmo por emenda à Constituição Federal.
- e) A ação de impugnação de mandato eletivo deve tramitar em segredo de justiça e só poderá ser proposta perante a Justiça Federal no prazo de quinze dias contados da diplomação.

23. Cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, dispor sobre:

- a) iniciativas do Poder Executivo referentes a atividades nucleares.
- b) subsídio para os Deputados Federais e os Senadores.
- c) autorização de operações externas de natureza financeira, de interesse da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios.
- d) a mudança temporária da sede do Legislativo.
- e) concessão de anistia.

24. Acerca do Poder Judiciário assinale a opção correta.

- a) Compete aos Juízes Federais processar e julgar o litígio entre a União e o estado, uma vez que não há, na hipótese, conflito federativo a atrair a competência do Supremo Tribunal Federal.
- b) Compete ao Supremo Tribunal Federal, processar e julgar, originariamente, a ação popular contra ato do Procurador-Geral da República.
- c) Compete ao Tribunal de Justiça do Estado processar e julgar mandado de segurança em matéria trabalhista contra ato do Governador.
- d) Compete ao Superior Tribunal de Justiça processar e julgar, originariamente, as causas entre Estado estrangeiro ou organismo internacional e município ou pessoa domiciliada ou residente no país.
- e) Compete ao Superior Tribunal de Justiça julgar, em recurso especial, as causas decididas em única ou última instância, pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal e territórios, pelos Tribunais Regionais Federais e pelos Tribunais de Justiça quando a decisão recorrida julgar válida lei local contestada em face de lei federal.

25. Considere as normas da Constituição Federal sobre a liberdade de associação profissional ou sindical e assinale a alternativa correta.

- a) A participação dos sindicatos nas negociações coletivas de trabalho é facultativa.
- b) A lei não poderá exigir autorização do Estado para a fundação de sindicato, embora deva ser feito o registro no órgão competente, sendo ainda vedado ao Poder Público a intervenção na organização sindical.
- c) Ao sindicato cabe a defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria, mas apenas em questões judiciais.
- d) É vedada a criação de mais de uma organização sindical, em qualquer grau, representativa de categoria profissional ou econômica, na mesma base territorial, que corresponderá à área de um Município.
- e) A assembleia geral fixará a contribuição para custeio do sistema confederativo da representação sindical, que será descontada em folha de todos os trabalhadores, independentemente da condição de sindicalizado.

26. A respeito das Súmulas Vinculantes e da competência do Supremo Tribunal Federal, aponte a alternativa correta.

- a) Podem propor Súmula Vinculante os que podem propor ação direta de constitucionalidade, além de outros autorizados por lei infraconstitucional.
- b) A Súmula Vinculante, a partir de sua publicação na imprensa oficial, vincula aos demais órgãos do Poder Judiciário, ao Executivo, ao Legislativo e à administração pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal.
- c) O Supremo Tribunal Federal poderá, de ofício ou por provocação, mediante decisão de três quintos dos seus membros, após reiteradas decisões sobre matéria constitucional, aprovar súmula vinculante, para dirimir controvérsia a respeito de determinada matéria.
- d) Compete ao Supremo Tribunal Federal julgar, em recurso ordinário, mandado de segurança julgado pelo Superior Tribunal de Justiça em última instância.
- e) Compete ao Supremo Tribunal Federal processar e julgar, originariamente, o crime político.

27. O Estado de Santa Catarina, por lei de iniciativa parlamentar, ampliou as condições de isenção de IPVA. O Governador, inconformado, propôs ação direta de constitucionalidade ao STF, porque a seu ver, a lei é formalmente constitucional, uma vez que matéria tributária é assunto de iniciativa privativa do Chefe do Executivo. A respeito do caso hipotético, indique a única assertiva correta.

- a) O Governador está equivocado, uma vez que matéria tributária é da iniciativa concorrente, de forma que o projeto de lei pode ser apresentado tanto pelo prefeito quanto pelos parlamentares.
- b) Não assiste razão ao governador, porque matéria tributária só é de iniciativa privativa do Chefe do Executivo no âmbito federal.
- c) O Governador de Santa Catarina tem razão, porque a Constituição Federal reservou ao Chefe do Executivo a iniciativa de leis que tratam de matéria tributária.
- d) Para questionar a constitucionalidade, o Governador deveria ter vetado o projeto de lei, pois a sanção convalidou o vício de iniciativa.
- e) A lei estadual é constitucional, mas não pela razão apresentada pelo Governador e sim porque norma

geral em matéria tributária é assunto da competência da União.

28. Quanto à eficácia das normas constitucionais, conforme posicionamento de José Afonso da Silva e da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, indique a assertiva correta.

- a) O direito de greve do servidor público insculpido no artigo 37, VII, da Constituição Federal, é norma constitucional e eficácia limitada.
- b) A norma constitucional que preceitua o dever do Estado com educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças até cinco anos de idade é de eficácia limitada de princípio programático.
- c) O inciso XXII do artigo 5º da CF/88 estabelece que “é garantido o direito de propriedade.” Essa norma constitucional é classificada como de eficácia plena.
- d) Para o reconhecimento de normas constitucionais de eficácia limitada, é suficiente encontrar no texto constitucional reserva legal.
- e) A norma constitucional de eficácia contida é aquela que depende da produção de leis infraconstitucionais para que possa produzir os seus efeitos.

29. Em relação aos direitos políticos, em conformidade com o estabelecido na Constituição Federal, assinale a alternativa correta:

- a) para concorrer a outros cargos, os Governadores de Estado devem renunciar aos respectivos mandatos até três meses antes do pleito.
- b) são inelegíveis, no território de jurisdição do titular, o cônjuge e os parentes consanguíneos ou afins, até o terceiro grau ou por adoção, do Presidente da República, de Governador de Estado ou Território, do Distrito Federal, de Prefeito ou de quem os haja substituído dentro dos seis meses anteriores ao pleito, salvo se já titular de mandato eletivo e candidato à reeleição.
- c) o militar alistável é elegível e se contar menos de dez anos de serviço, deverá afastar-se da atividade.
- d) é vedada a cassação de direito políticos, salvo nos casos de condenação criminal transitada em julgado.
- e) a lei que alterar o processo eleitoral entrará em vigor na data de sua publicação, não se aplicando à eleição que ocorra até dois anos da data de sua vigência.

30. Considere:

I. Um quinto dos lugares dos Tribunais Regionais Federais será composto de membros do Ministério Público, com mais de dez anos de carreira, e de advogados de notório saber jurídico e de reputação ilibada, com mais de 10 anos de efetiva atividade profissional, indicados em lista sêxtupla pelos órgãos de representação das respectivas classes.

II. Um terço dos lugares dos Tribunais dos Estados será composto de membros do Ministério Público, com mais de dez anos de carreira, e de advogados de notório saber jurídico e de reputação ilibada, com mais de 10 anos de efetiva atividade profissional, indicados em lista sêxtupla pelos órgãos de representação das respectivas classes.

III. Os Ministros do Superior Tribunal de Justiça serão nomeados pelo Presidente da República, dentre brasileiros com mais de trinta e cinco e menos de sessenta e cinco anos, de notável saber jurídico e reputação ilibada, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta do Senado Federal, sendo um quinto, em partes iguais, dentre advogados e membros do Ministério Público Federal, Estadual, do Distrito Federal e Territórios, alternadamente.

IV. Um quinto dos lugares dos Tribunais dos Estados será composto de membros do Ministério Público, com mais de dez anos de carreira, e de advogados de notório saber jurídico e de reputação ilibada, com mais de 10 anos de efetiva atividade profissional, indicados em lista tríplice pelos órgãos de representação das respectivas classes.

No que concerne as funções institucionais do Ministério Público, está correto o que se afirma APENAS em

- a) I.
- b) I e II.
- c) I e III.
- d) I, II e IV.
- e) I, III e IV.

DIREITO PENAL

Iva Martins

31. Assinale a alternativa correta em relação aos crimes contra a paz pública:

- a) A incitação ao crime destina-se ao estímulo de uma quantidade indeterminada de pessoas à prática de crime determinado e futuro, sendo que a apologia ao crime e ao criminoso diz respeito ao delito passado, vez que se faz publicamente elogio ou exaltação a um fato criminoso ou autor de crime.
- b) A associação criminosa do artigo 288 do CP pune a associação de mais de três pessoas, as quais se unem, com hierarquia e estabilidade, ao cometimento de diversos delitos.
- c) A constituição de milícia privada, crime do artigo 288-A do CP, é a mesma associação criminosa do artigo 288 do CP, distinguindo-se somente em relação ao quantitativo de integrantes.
- d) Tanto a associação criminosa quanto a constituição de milícia privada ordenam o número de dois integrantes somente para a sua configuração.
- e) A associação criminosa está prevista na Lei de nº 12.850/2013, a qual define o que é organização criminosa, sendo a associação uma espécie do gênero organização.

32. Em relação ao crime de abandono material, conforme tipificado no artigo 244 do Código Penal, é correto afirmar que:

- a) podem ser vítimas somente o filho menor de 18 (dezoito) anos ou inapto para o trabalho ou o ascendente maior de 60 (sessenta) anos.
- b) deixar de prover parcialmente a subsistência de filho menor de 18 (dezoito) anos ou inapto para o trabalho, não dolosamente, constitui o delito na modalidade tentada.
- c) a pena prevista para o delito é de 1 (um) a 4 (quatro) anos ou multa.
- d) quem, sendo solvente, frustra de qualquer modo, inclusive por abandono injustificado de emprego ou função, o pagamento de pensão alimentícia judicialmente concordada, fixada ou majorada, incorre no crime e tem a pena aumentada em 1/3.
- e) é crime omissivo próprio.

33. Robson, de 30 anos, em concurso com a amiga Mirian, de 25 anos, cometem apropriação indébita contra o pai de Robson, de 50 anos. Os três residem na mesma casa. É correto afirmar que Robson:

- a) e Mirian são isentos de pena.
- b) é isento de pena e Mirian apenas será processada mediante representação.
- c) e Mirian apenas serão processados mediante representação.
- d) é isento de pena, mas Mirian não.
- e) apenas será processado mediante representação e Mirian é isenta de pena.

34. Com fulcro no Código Penal Brasileiro, observadas as alterações promovidas pela Lei nº 13.964/2019 (Pacote Anticrime), no crime de roubo:

- a) se a violência ou grave ameaça é exercida com emprego de arma branca, a pena aumenta-se de 2/3 (dois terços).
- b) se a violência ou ameaça é exercida com emprego de arma de fogo, a pena aumenta-se de 1/3 (um terço) até metade,
- c) Se a violência ou grave ameaça é exercida com emprego de arma de fogo de uso restrito ou proibido, aplica-se em dobro a pena prevista no caput do artigo referente ao tipo penal.
- d) Se a subtração for de veículo automotor que venha a ser transportado para outro Estado ou para o exterior, A pena aumenta-se de 2/3 (dois terços).
- e) se há destruição ou rompimento de obstáculo mediante o emprego de explosivo ou de artefato análogo que cause perigo comum, A pena aumenta-se de 1/3 (um terço).

35. De acordo com o Código Penal, é correto afirmar:

- a) O agente que empregar arma de fogo de uso permitido, não cometerá crime hediondo, vez que somente o roubo com emprego de arma de fogo de uso restrito ou proibido está no rol taxativo da Lei nº 8.072/1990.
- b) De acordo com a lei penal, haverá roubo impróprio se a subtração do bem móvel é anterior ao emprego da grave ameaça ou violência para garantir a detenção da “res furtiva”.
- c) A pena é isenta de quem comete crimes contra o patrimônio, em prejuízo de ascendente ou descendente, seja o parentesco legítimo ou ilegítimo, seja civil ou natural. Tal isenção se aplica igualmente quando se trata de crime de roubo ou de extorsão, desde que da violência empregada não resulte lesão corporal grave ou morte.
- d) no tipo penal de roubo, a participação da vítima é indispensável à consumação do intento.
- e) consuma-se o crime de roubo com a inversão da posse do bem mediante emprego de violência ou grave ameaça, ainda que por breve tempo e em seguida à perseguição imediata ao agente e recuperação da coisa roubada, sendo imprescindível a posse mansa e pacífica ou desvigiada.

36. A responsabilidade penal objetiva:

- a) não encontra hipóteses concretas em nossa legislação penal.
- b) é definida como a sujeição de alguém à imposição de pena sem que tenha agido com dolo ou culpa ou sem que tenha ficado demonstrada sua culpabilidade, com fundamento no nexo de causalidade, porém, não há aplicação prática em casos concretos.
- c) em nossa legislação penal ocorre na rixa qualificada e na actio libera in causa na embriaguez.
- d) a única hipótese em nossa legislação penal é a responsabilização das pessoas jurídicas por crimes ambientais.
- e) o Código Penal estabelece que apenas há crime quando estiver presente o dolo ou a culpa, logo, em hipótese alguma se pode adotar a responsabilidade penal objetiva.

37. A Teoria da *ratio essendi*, é caracterizada pelo (a):

- a) Ingresso do agente nos atos executórios de um crime, quando este age de acordo com sua imaginação, em atividade imediata e diretamente associada à realização do tipo.
- b) concepção da culpabilidade como uma relação psicológica entre o autor e o fato por ele praticado; dolo e culpa são espécies de culpabilidade para esta teoria.
- c) probabilidade de penalidade da punição da participação em sentido estrito quando o agente da conduta principal é um adolescente-infrator, bastando que este aja de forma típica e antijurídica.
- d) estruturação do direito penal sob o princípio da intervenção mínima, que norteará iniciativas político-criminais pelo prisma da *ultima ratio*.
- e) composição entre dois elementos do conceito analítico de crime, a tipicidade e a antijuridicidade, sendo aquela reconhecida como a razão de ser desta; assim, o crime é composto pelo fato antijurídico e pela culpabilidade.

38. A respeito de autoria e participação no âmbito penal, assinale a assertiva que condiz com os preceitos legais:

- a) na autoria colateral há pluralidade de agentes e liame subjetivo entre eles para a realização da conduta.
- b) o crime de falso testemunho é classificado como crime próprio e nele são aceitas tanto a coautoria quanto a autoria mediata.
- c) a participação, que pode ser moral ou material, é aceita até a consumação do crime.
- d) na teoria da acessoriadade limitada basta o fato principal ser típico para que o partícipe seja punido.
- e) O critério de imputação denominado domínio do fato é utilizado para atribuir responsabilidade ao autor intelectual que usa um inimputável como instrumento para a realização da conduta delituosa, porém, não é utilizável para definir o autor direto que pratica pessoalmente a conduta.

39. Quanto à imputabilidade penal, assinale a alternativa correta:

- a) Emoção e paixão eliminam a imputabilidade.
- b) Eduardo é usuário de cocaína e tem sua dependência atestada por meio de laudo, portanto Eduardo é considerado inimputável.
- c) Jackson, durante uma festa de aniversário, fez uso de grande quantidade de álcool e ao voltar para casa se envolveu em um acidente. Durante a perícia, foi atestado que o mesmo estava com sua capacidade de determinação reduzida, portanto a pena de Jackson pode ser reduzida de um a dois terços.
- d) o Código Penal brasileiro adotou o sistema denominado psicológico, o qual considera as condições psicológicas do agente no momento do fato, independentemente da existência de doença mental.
- e) Tatiana durante uma festa de aniversário teve, sem saber, três comprimidos de ecstasy colocados em seu copo de refrigerante, após sair do evento, dirigiu em alta velocidade e ao ultrapassar um sinal vermelho, atropelou um ciclista. Tatiana pode ser considerada inimputável se for comprovado, durante perícia médica, que a mesma era inteiramente incapaz de entender ou de determinar durante a ação.

40. Quanto à exclusão de ilicitude, é correto afirmar que:

- a) não é punível a título de dolo ou culpa, o excesso culposo decorrente de erro sobre os limites da causa de justificação.
- b) no excesso de legítima defesa involuntário, que deriva de erro de tipo escusável, o agente responde pelo fato criminoso.
- c) quando a conduta do agente atinge um bem jurídico de terceiro inocente ocorre o estado de necessidade defensivo.
- d) o Código Penal Brasileiro adotou a teoria unitária do estado de necessidade.
- e) a equipe policial que ingressa no interior de uma residência para prender quem se encontra em flagrante delito, age em estado de necessidade exculpante.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

Ivan Marques

41. No tocante ao inquérito policial, aponte a alternativa CORRETA:

- a) por ser um procedimento investigatório que visa reunir provas da existência (materialidade) e autoria de uma infração penal, sua instauração é indispensável, quando a ação penal for pública e deixar vestígios.
- b) pode ser arquivado por determinação da Autoridade Policial se, depois de instaurado, inexistirem provas suficientes da autoria e materialidade do crime em apuração ou em caso evidente de atipicidade.
- c) O IP é sempre sigiloso em relação às pessoas do povo em geral, por se tratar de mero procedimento investigatório, sendo somente liberado o acesso para advogados munidos de procuração com poderes especiais.
- d) Dado seu caráter informativo (busca reunir informações), caso o titular da ação penal já possua todos os elementos necessários ao oferecimento da ação penal, o Inquérito será dispensável.
- e) Em caso de colaboração premiada, o IP será indispensável.

42. Acerca da prisão temporária, assinale a afirmativa CORRETA:

- a) A prisão temporária é uma modalidade de prisão cautelar e pode ser decretada tanto na fase investigativa bem como durante o processo criminal, para impedir a destruição de provas.
- b) A autoridade policial pode decretar a prisão temporária desde que imprescindível ao inquérito policial.
- c) A prisão temporária tem prazo máximo de duração de 05 dias, prorrogáveis por mais 05 dias, quando, nos termos da lei, houver a necessidade comprovada.
- d) A prisão temporária pode ser decretada de ofício pelo juiz em crimes hediondos ou equiparados.
- e) O rol de delitos que admitem a prisão temporária é taxativo e está previsto na Lei 7.960.

43. Caso o juiz de Direito de uma Comarca com poucos habitantes decida não fundamentar as sentenças para aumentar a produtividade jurisdicional:

- a) as sentenças carentes de fundamentação são nulas de pleno direito.
- b) as sentenças carentes de fundamentação escrita podem receber explicações complementares em audiência complementar.
- c) sentenças carentes de fundamentação são anuláveis, porém, sem a manifestação da parte na primeira oportunidade, o vício se convalida.
- d) sentenças carentes de fundamentação representam mera irregularidade se a decisão for justa em relação aos fatos e não houver recurso das partes.
- e) A decisão a respeito da necessidade de fundamentação decorre da vontade do juiz competente.

44. Após ser instaurado inquérito policial para apurar a prática de um crime de lesão corporal culposa no trânsito (art. 303 do CTB – pena: detenção de seis meses a dois anos), foi identificado que o autor dos fatos seria Pedro, com apenas um inquérito policial em andamento sobre lavagem de capitais. Encaminhados os autos ao Ministério Público, foi oferecida denúncia pelo crime previsto no artigo 303 da lei 9.503/97 e requerida a prisão preventiva de Pedro pela existência de dois IP em andamento. Recebidos os autos, o juiz competente decretou a prisão preventiva, reiterando os possíveis crimes dos dois inquéritos em andamento como fundamento legal. A respeito dessa prisão, marque a alternativa correta:

- a) a prisão deverá ser relaxada, pois ilegal.
- b) a prisão deverá ser relaxada, tendo em vista que a prisão, em que pese ser legal, é desnecessária.
- c) a prisão deverá ser revogada, tendo em vista que, em que pese ser legal, é desnecessária.
- d) a liberdade provisória será a resposta certa, com aplicação das medidas cautelares diversas da prisão.

45. Em um processo por aborto sem o consentimento da gestante, após a audiência de instrução e julgamento e a apresentação dos memoriais escritos, o processo foi à conclusão do magistrado competente. Qual das decisões abaixo o juiz de direito poderá proferir:

- a) absolvição própria por falta de provas (art. 386, VII, CPP).
- b) sentença com base no veredito dos jurados.
- c) condenar o réu às penas da lei.
- d) absolvição imprópria, se for a única tese defensiva.
- e) a requisição de perícia.

46. Quando o oficial de justiça identifica que o réu está se escondendo para não receber a citação pessoal:

- a) deverá retornar ao local tantas vezes quantas forem necessárias até o réu se dignar a atender.
- b) deverá informar ao magistrado que o réu se oculta para não ser citado, o que fará o juiz providenciar a citação por hora certa.
- c) deverá certificar que o réu está em local incerto e não sabido, o que fará o juiz citar o réu por edital.
- d) deverá dar o réu por citado, nomear um defensor e seguir o trâmite processual.
- e) poderá ingressar no domicílio, mediante o uso da força, para forçar a citação pessoal, desde que munido do mandado de citação e tal ingresso forçado seja feito durante o dia.

47. Aponte a alternativa INCORRETA quanto ao inquérito policial:

- a) Os instrumentos do crime, bem como os objetos que interessarem à prova, acompanharão os autos do inquérito.
- b) Se verificar, após a produção dos elementos de informação, que não fora praticado nenhum crime, compete à autoridade policial determinar o arquivamento do inquérito, decisão essa recorrível de ofício ao Chefe de Polícia.
- c) Como regra geral do CPP, o inquérito policial deverá terminar no prazo de 10 dias, se o indiciado tiver sido preso, ou no prazo de 30 dias, quando estiver solto.
- d) Qualquer pessoa do povo que tiver conhecimento da existência de infração penal em que caiba ação

pública poderá, verbalmente ou por escrito, comunicá-la à autoridade policial, e esta, verificada a procedência das informações, mandará instaurar inquérito.

e) se o ofendido levar as provas da materialidade e autoria diretamente para o titular da ação penal pública, o inquérito mostrar-se-á dispensável.

48. Um Delegado de Polícia, ao tomar conhecimento de um suposto crime de ação penal pública condicionada, determina, de ofício, a instauração de inquérito policial. Após adotar diligências, verifica que, na realidade, a conduta investigada era atípica e informa tal fato em seu relatório. A respeito dessa situação, aponte a alternativa correta:

- a) concordando com a atipicidade, o MP poderá apresentar proposta de ANPP.
- b) caso o MP ofereça a denúncia, ela será rejeitada por falta de proposta de ANPP.
- c) o delegado deverá proceder a novos atos de investigação até reverter a atipicidade, independentemente do esgotamento do prazo para investigar.
- d) não deveria ter instaurado inquérito policial sem a condição objetiva de procedibilidade, que é a tipicidade.
- e) a atipicidade terá força para levar o titular da ação penal pública a requerer o arquivamento, situação incompatível com o ANPP.

49. O acordo de não persecução penal foi apresentado pelo pacote anticrime. Diante de seu conteúdo normativo, em qual dos delitos abaixo o Ministério Público poderia, em tese, propor acordo de não persecução penal:

- a) lesão corporal dolosa de natureza gravíssima praticada contra policial civil.
- b) roubo qualificado pelo resultado lesão corporal.
- c) extorsão qualificada pela ocorrência de lesão corporal.
- d) furto qualificado pelo emprego de explosivo.
- e) contravenção de vias de fato contra a esposa.

50. Após receber o auto de prisão em flagrante, no prazo máximo de até 24 (vinte e quatro) horas após a realização da prisão, o juiz deverá promover a audiência de custódia. Em relação à audiência de custódia, com as recentes alterações legislativas, responda:

- a) o juiz não poderá relaxar o flagrante se não houver requerimento nesse sentido.
- b) o juiz não poderá conceder ao preso a liberdade provisória se não houver requerimento nesse sentido.
- c) o juiz não poderá converter o flagrante em preventiva se não houver requerimento nesse sentido.
- d) o juiz não poderá arbitrar fiança para delitos com pena máxima até 4 anos pois essa atribuição pertence ao delegado de polícia.
- e) o juiz poderá absolver sumariamente caso a atipicidade esteja comprovada de plano.

LEGISLAÇÃO PENAL ESPECIAL

Fernando Bezerra

51. De acordo com a Lei n. 11.343/2006, em relação ao comportamento previsto no art. 28, assinale a alternativa correta:

- a) Em caso de descumprimento injustificado, prevê a conversão da pena de prestação de serviços à comunidade em pena de detenção;
- b) Teve a conduta desriminalizada;
- c) O crime continua previsto, apesar da punição ter sido atenuada;
- d) Houve abolidio criminis;
- e) A pena deve ser cumprida inicialmente em regime fechado, devido ao agravamento da punição da conduta.

52. Acerca da Lei n. 13.869/19 (Lei de Abuso de Autoridade), assinale a alternativa correspondente à verdadeira.

- a) Existem tipos penais culposos na lei de abuso de autoridade.
- b) Os tipos penais de abuso de autoridade são configurados pela prática da conduta descrita na norma legal sem a necessidade de qualquer finalidade especial de agir.
- c) O crime de abuso de autoridade pode se configurar caso ocorra retificação por instância revisora de posicionamento adotado por órgão jurisdicional inferior.
- d) O sujeito passivo dos crimes de abuso de autoridade restringe-se apenas ao Estado, não acolhendo o cidadão.
- e) O bem jurídico tutelado pelas figuras típicas de abuso de autoridade manifestam dupla abrangência, pois ao mesmo tempo protegem as garantias e direitos dos cidadãos e a própria regularidade da prestação dos serviços públicos.

53. De acordo com a Lei 13.964/19 e a jurisprudência dos tribunais superiores, assinale a alternativa correta quanto ao regime de cumprimento de pena e progressão de regime nos crimes hediondos e equiparados a hediondos:

- a) O condenado em crime hediondo obrigatoriamente cumprirá a pena em regime inicial fechado, progredindo de regime após cumprimento de 40% da pena, se primário, e 60% da pena, se reincidente.
- b) Poderá um condenado em crime hediondo cumprir sua pena em regime semiaberto, desde que preenchidos os requisitos legais, progredindo de regime após cumprimento de 50% da pena, se primário, e 60% da pena, se reincidente.
- c) Um condenado em crime hediondo poderá cumprir sua pena em qualquer regime de cumprimento de pena, obedecendo os critérios legais, podendo progredir desde que cumpra 40% da pena, se primário, e 60% da pena, se reincidente.
- d) Poderá um condenado em crime hediondo cumprir sua pena em regime semiaberto, desde que preenchidos os requisitos legais, progredindo de regime após cumprimento de 2/5 da pena, se primário, e 3/5 da pena, se reincidente.
- e) Nenhuma das alternativas anteriores está correta.

54. Sobre o instituto da ação controlada e a Lei 12.850/13 (Lei de Organização Crimosa), é possível afirmar que:

1. É uma técnica de atuação semelhante ao flagrante esperado;
2. Consiste em retardar a intervenção policial ou administrativa relativa à ação praticada por organização criminosa ou a ela vinculada, independentemente de prévia comunicação ao juiz, desde que mantida sob observação e acompanhamento para que a medida legal se concretize no momento mais eficaz à formação de provas e obtenção de informações.
3. A comunicação acerca da ação controlada deverá ser sigilosa, sem conter informações que indiquem a operação a ser efetuada.

Está(ão) correto(s) apenas o(s) item(ns):

- a) 1 e 3
- b) 2 e 3
- c) 1 e 2
- d) 2
- e) 3

55. Acerca da Lei de Crimes Hediondos (Lei 8.072/90) e as mudanças advindas do Pacote Anticrime (Lei 13.964/19), assinale a alternativa correta.

- a) o furto qualificado para ser considerado hediondo exige destruição ou rompimento de obstáculo à subtração da coisa;
- b) não é possível que o crime de furto qualificado cometido pelo emprego de explosivo que cause perigo comum seja considerado hediondo.
- c) o furto qualificado só pode ser considerado hediondo caso ocorra a subtração de substâncias explosivas ou de acessórios que, conjunta ou isoladamente, possibilitem sua fabricação, montagem ou emprego.
- d) o furto qualificado quando for praticado mediante concurso de duas ou mais pessoas pode ser considerado hediondo.
- e) Nenhuma das alternativas anteriores está correta.

56. Assinale a alternativa correta:

- a) A conduta de porte ilegal de arma de fogo foi tratada exclusivamente no art. 16 da Lei 10.826/03;
- b) O art. 12 da Lei 10.826/03 abrange tanto o comportamento de posse quanto porte de arma de fogo, acessório ou munição de uso permitido;
- c) A pena do porte ilegal de arma de fogo uso restrito é a mesma do porte ilegal de arma de fogo de uso proibido;
- d) A posse de arma de fogo de uso permitido cujo sinal identificador esteja suprimido submete-se às mesmas penas da posse ilegal de arma de fogo de uso restrito;
- e) Nenhuma das alternativas anteriores corretas.

57. Com relação a Lei 8.069/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente, analise as assertivas abaixo.

1. De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente, considera-se criança pessoa até quatorze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre quatorze e dezoito anos de idade.
2. Considera-se ato infracional a conduta descrita apenas como contravenção penal.
3. Caso o adolescente pratique ato infracional, a autoridade competente poderá lhe aplicar prestação de serviços à comunidade por um período de um ano. Assinale a alternativa correta.
 - a) Somente as alternativas 1 e 3 estão corretas.
 - b) Somente as alternativas 2 e 3 estão corretas.
 - c) Somente as alternativas 1 e 2 estão corretas.
 - d) Todas as alternativas estão corretas.
 - e) Todas as alternativas estão incorretas.

58. Acerca da Lei 9.455/97 (Lei Antitortura), assinale a alternativa correta.

- a) Todos os crimes de tortura são culposos.
- b) O crime de tortura é apurado mediante ação penal pública incondicionada.
- c) O crime de tortura é afiançável e insuscetível de graça ou anistia.
- d) A condenação de agente público pela prática de tortura acarretará a suspensão do cargo, função ou emprego público por quatro anos.
- e) Nenhuma das alternativas anteriores está correta.

59. Analise os itens a seguir acerca da lei 9.455/97 e assinale a alternativa que corresponde àqueles corretos.

- I- A tortura-prova pode se consubstanciar independente de elemento subjetivo especial;
- II- A tortura-castigo não se satisfaz sem que esteja configurado o intenso sofrimento físico ou mental;
- III- A tortura estabelecida no art. 1º, §1º, conhecida pela denominação tortura pela tortura, exige como meio de execução a violência ou a grave ameaça;
- IV- A tortura-castigo trata-se de crime próprio

Assinale a alternativa correta:

- a) Estão corretos apenas os itens I, II e II;
- b) Estão corretos apenas os itens II, III e IV;
- c) Estão corretos apenas os itens II e IV;
- d) Estão corretos apenas os itens II e III;
- e) Estão corretos apenas os itens I e IV;

60. Em relação ao tráfico privilegiado e os entendimentos jurisprudenciais das Cortes Superiores, julgue os itens abaixo.

- 1. Para que o acusado tenha o benefício da diminuição de pena concedido, basta que seja réu primário, tenha bons antecedentes e não se dedique a atividades criminosas.
- 2. O magistrado não poderá levar em consideração tão somente a quantidade de drogas apreendidas para decidir a concessão do benefício penal.
- 3. O tráfico privilegiado é crime equiparado a hediondo.

São verdadeiros SOMENTE os itens:

- a) 1 e 2
- b) 1, 2 e 3
- c) 1 e 3
- d) 2
- e) 2 e 3

MEDICINA LEGAL

Paulo Bylinskyj

61. A parte do relatório médico-legal que descreve e, sempre que possível, ilustra o estado geral do que é examinado chama-se:

- a) histórico.
- b) preâmbulo.
- c) exposição.
- d) resposta aos quesitos.
- e) discussão.

62. As facas são armas brancas com grande capacidade lesiva, podendo resultar em lesões incisas ou pérfurо-incisas. Quanto às primeiras, temos as seguintes características, EXCETO:

- a) sangramento abundante.
- b) bordas regulares.
- c) predomínio da profundidade sobre a extensão.
- d) não apresenta pontes de tecido, nem regiões mortificadas.
- e) presença de cauda de escoriação.

63. Nas asfixias, os sinais externos atípicos são aqueles que se manifestam em outras formas de morte que não o afogamento e que o cadáver permanece por qualquer motivo submerso por algum período de tempo. Dentre esses sinais, o Sinal de Bernt refere-se à:

- a) retração dos testículos.
- b) maceração epidérmica.
- c) pele anserina.
- d) destruição por animais da fauna aquática.
- e) lesões de arrasto.

64. Assinale a alternativa que NÃO trata de um exemplo de fenômeno cadavérico abiótico consecutivo.

- a) desidratação cadavérica.
- b) abolição da motilidade.
- c) manchas de hipóstases cutâneas.
- d) esfriamento cadavérico.
- e) rigidez cadavérica.

65. Nas lesões produzidas pelo calor, o Sinal de Christinson representa:

- a) a posição de lutador de boxe do corpo carbonizado.
- b) a ausência de leucócitos nas bolhas.
- c) o eritema produzido por queimadura de 1º grau.
- d) as bolhas contendo líquido amarelado nas queimaduras de 2º grau.
- e) a placa de necrose dura produzida pelas queimaduras de 3º grau.

66. A morte por afogamento desenvolve-se em quatro fases. Assinale a alternativa que não corresponde a uma dessas fases.

- a) Fase de luta.
- b) Fase de exaustão.
- c) Fase de asfixia.
- d) Fase de resistência.
- e) Fase de submersão.

67. A embriaguez é dividida em três fases, sendo que em uma delas, o indivíduo fica agitado, mas ainda possui consciência de seus atos. Essa fase é chamada de:

- a) fase de excitação.
- b) fase comatoso.
- c) fase crônica.
- d) fase de confusão.
- e) fase prodromica.

68. Um cadáver encontrado com mais de 8 e menos de 16 horas da morte apresentará as seguintes características:

- a) rigidez generalizada e esboço de mancha verde abdominal.
- b) rigidez dos membros superiores e livres relativamente acentuados.
- c) rigidez generalizada e não surgimento da mancha verde abdominal.
- d) rigidez da nuca e mandíbula e esboço dos livres.
- e) presença de mancha verde abdominal e início da flacidez.

69. Em um matagal, os peritos atenderam a um local de homicídio no qual constataram diversas equimoses pelo corpo da vítima, sendo que algumas apresentavam tons azulados e outras tons esverdeados. De acordo com o espectro equimótico de Legrand du Saulle, possivelmente as equimoses foram produzidas há _____ e _____ da morte, respectivamente. Assinale a alternativa que preenche as lacunas.

- a) 5 e 10 dias.
- b) 3 e 8 dias.
- c) 2 e 11 dias.
- d) 7 e 12 dias.
- e) 4 e 9 dias.

70. No local do crime, os peritos arrecadaram uma impressão digital que apresentava um delta à esquerda. Pelo sistema de Vucetich, este desenho é classificado como:

- a) presilha interna
- b) verticilo
- c) presilha externa
- d) arco
- e) ilhota

CRIMINALÍSTICA

Paulo Bylinskyj

71. De acordo com a criminalística o que é uma prova plena:

- a) É a prova produzida por um terceiro.
- b) É a prova que produz um juízo de probabilidade.
- c) É a prova que produz juízo de certeza.
- d) É a prova trazida documentalmente ao processo, mas que foi produzida em outro processo.
- e) É a prova que possui um momento único para produção.

72. Assinale a alternativa INCORRETA acerca da prova pericial.:

- a) É indispensável o exame de corpo de delito quando houver vestígios.
- b) O exame de corpo de delito deve ser realizado por perito oficial portador de curso superior ou tecnólogo.
- c) O exame de corpo de delito indireto ocorre, por exemplo, quando realizado com base em prontuário médico.
- d) A autópsia deve ser feita após seis horas do óbito, salvo exceções.
- e) É possível que ocorra a dispensa da autópsia.

73. NÃO é fator que influencia no resultado da perícia:

- a) Adequação dos equipamentos e tecnologias empregados.
- b) Modificação do local do crime.
- c) A luminosidade do local do crime.
- d) Tempo entre a ocorrência e o exame pericial.
- e) Capacidade profissional do perito.

74. Quanto à classificação de local de crime, LOCAL IMEDIATO pode ser definido como:

- a) Área compreendida por ambiente fechado, que preserva os vestígios da ação dos fenômenos da natureza.
- b) Área não restrita e que não preserva os vestígios da ação dos fenômenos da natureza.
- c) As adjacências, pontos e áreas de acesso ao local do crime.
- d) Área exata onde ocorreu o fato ou o crime.
- e) Área que pode apresentar conexão com o fato criminoso.

75. São objetivos da criminalística, EXCETO:

- a) Elaborar a prova técnica, através da indiciologia material.
- b) Dar a materialidade do fato típico, constatando a ocorrência do ilícito penal.
- c) Consolidar parecer acerca dos elementos probatórios angariados.
- d) Verificar os meios e os modos como foi praticado um delito, visando fornecer a dinâmica do fenômeno.
- e) Indicar a autoria do delito, quando possível.

CRIMINOLOGIA

Flávio Milhomem

76. A respeito da política criminal, da criminologia e do direito penal, julgue os itens subsequentes.

I Criminologia é a ciência autônoma e independente que estuda o crime como fenômeno social e o delinquente como agente do ato ilícito, não se restringindo à análise da norma penal e seus efeitos, mas observando principalmente as causas que levam à delinquência, com o objetivo de viabilizar o aperfeiçoamento dogmático do sistema penal.

II A política criminal consiste na sistematização de táticas, estratégias e meios de controle social da criminalidade, com o propósito de sugerir e orientar reformas na legislação positivada.

III O direito penal é ciência do “ser”, na medida em que visa diagnosticar as causas da criminalidade por meio da etiologia criminal.

IV A Criminologia visa combater e prevenir a criminalidade por meio da concretização de políticas públicas.

Estão certos apenas os itens:

- a) I e II.
- b) I e IV.
- c) II e III.
- d) I, III e IV.
- e) II, III e IV.

77. Sobre as etapas histórico-evolutivas da Criminologia, assinale a alternativa incorreta:

- a) A Escola Retribucionista (também chamada de Escola Clássica) Clássica se funda em duas premissas básicas: o jusnaturalismo e o contratualismo.
- b) A Escola Positivista passou por três grandes fases: antropológica, com os estudos de Cesare Lombroso, Sociológica, com os trabalhos de Enrico Ferri e Jurídica com Rafaelle Garofalo.
- c) Cesare Lombroso, expoente do Positivismo, é lembrado por ser o pai da criminologia científica por meio da obra “O Homem Delinquente”.
- d) A Escola Clássica se valia do método indutivo-experimental para investigar a Criminogênese.
- e) Foram defensores da Escola Clássica Marquês de Beccaria e Francesco Carrara.

78. Segundo os estudos da Vitimologia, o sofrimento da vítima não se limita ao episódio criminoso traumático por ela suportado, alcançando outras fases que podem agravar ainda mais o seu sofrimento. O tema foi sistematizado por meio dos chamados processos de vitimização. A esse respeito, assinale a alternativa correta:

- a) A Vitimização Primária decorre, por exemplo, da omissão de familiares e amigos em amparar a vítima após ter sofrido as consequências nefastas do crime.
- b) A Sobrevitimização decorre do próprio Sistema de Justiça Criminal. Trata-se do constrangimento suportado pela vítima diante dos procedimentos regulares (ou irregulares) das instâncias formais de controle social (polícias, ministério público, poder judiciário, etc.).
- c) A Vitimização Terciária ocorre no momento em que a vítima sofre diretamente os impactos da conduta criminosa do delinquente, como no caso do momento do estupro.
- d) A Vitimização Quaternária ocorre quando familiares e amigos sofrem ao saber que algum ente próximo foi vítima de assalto.
- e) O dano moral suportado por vítima de calúnia, difamação ou injúria caracteriza a chamada vitimização indireta.

79. Em relação à Macrossociologia Criminal, assinale a alternativa correta.

- a) A teoria crítica é uma das mais importantes teorias do conflito. Surgiu na década de 60 nos Estados Unidos da América e tem, como um de seus principais autores, Howard Becker, e é responsável por culpar o sistema de justiça criminal como criminógeno, sob o fundamento de que realiza rotulações seletivas de criminosos.
- b) As teorias da anomia e da associação diferencial são exemplos de teorias do conflito.
- c) A Escola de Chicago se caracteriza pelo não utilitarismo da ação; malícia da conduta e negativismo.
- d) Exercem o controle social informal o conselho tutelar, a igreja, o delegado de polícia, e a família.
- e) A teoria da associação diferencial, segundo a qual o indivíduo desenvolve seu comportamento individual com base no aprendizado por meio de exemplos e nas influências que possui, explica, segundo Edwin Sutherland, os chamados crimes de colarinho-branco.

80. Julgue os itens a seguir, de acordo com as espécies de prevenção delitiva:

I. A prevenção primária é a mais eficaz forma de prevenção, apesar de atuar a médio e longo prazo, uma vez que a conscientização da população tem o condão de diminuir efetivamente as causas da criminalidade.

II. A prevenção primária é a menos eficaz forma de prevenção, uma vez que atua a médio e longo prazo, demorando muito para surtir os efeitos de diminuição criminal desejados.

III. A prevenção secundária possui um destinatário certo, uma vez que se relaciona ao criminoso preso, com objetivo de evitar sua reincidência.

IV. A prevenção terciária é a mais eficaz forma de prevenção, uma vez que ocorre após o crime e atua a curto e médio prazo, direcionando-se às pessoas e grupos vulneráveis ou em situação de risco, com mais riscos de cometer ou ser vítima de delitos. Assinale a alternativa correta:

- a) As alternativas I, III e IV são verdadeiras.
- b) As alternativas II, III e IV são verdadeiras.
- c) Somente as alternativas I e III são verdadeiras.

- d) Somente as alternativas I e IV são verdadeiras.
- e) Somente a alternativa I é verdadeira.

Preencha seu Gabarito!

<https://bit.ly/Simulado-PC-PB-Delegado-20-11>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<http://bit.ly/Assinatura-ECJ>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES!

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link conheça!

<https://bit.ly/Sistemas-de-Questões>